



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA AGRICULTURA: UM ENFOQUE PARA A CAFEICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÁS DE AQUINO/MG

Élica Batista dos Santos¹
Edvânia Ângela de Souza²

Resumo: Este texto discute alguns aspectos do perfil do/a trabalhador/a rural na agricultura cafeeira no município mineiro de São Tomás de Aquino (MG). O estudo está subsidiado na pesquisa bibliográfica e na coleta de dados empíricos, a qual se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com onze trabalhador/a(s) das lavouras de café e com duas Assistentes Sociais, da referida cidade.

Palavras-chave: Trabalho rural, cafeeicultura, saúde do trabalhador.

Abstract: This paper discusses some aspects of the profile of the rural worked in coffee agriculture in the Minas Gerais municipality of São Tomás de Aquino- MG. The study is supported by bibliographical research and the collection of empirical data, which was carried out through semi-structured interviews with eleven workers in the coffee plantations and two social workers from that city.

Keywords: Rural Work; Coffee Cultivation; Worked Health.

1. INTRODUÇÃO

Em julho de 2017, a distribuidora de café Três Corações lançou uma propaganda³ com a seguinte descrição “Uma nova colheita do café que você ama já começou. Tudo que você precisa para saborear momentos inesquecíveis é... amor”, na qual coloca o/a(s) trabalhador/a(s) rurais como “anjos do café”, mascarando as reais condições de trabalho vividas por esses sujeitos. Essa propaganda em nada condiz com a real condição de trabalho do/a(s) trabalhador/a(s) rurais nas lavouras de café.

Em busca de uma melhor apreensão da realidade desses sujeitos, foi realizada a pesquisa “Saúde do trabalhador rural na agricultura cafeeira”, em 2017, com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com processo sob o número 2017/06968-8. A pesquisa está organizada e estruturada a partir dos estudos bibliográficos e da realização de entrevistas semi-estruturadas com onze trabalhador/a(s) das lavouras de café na cidade de São Tomás de Aquino, localizada na mesorregião Sul do estado de Minas Gerais. Foram entrevistados seis trabalhadores do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Além da entrevista com o/a(s) trabalhador/a(s) rurais, também foram entrevistadas as Assistentes Sociais do Centro de Referência de

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista. E-mail:<lksantos8@gmail.com>.

² Professora com Formação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista.

³ Essa propagando pode ser visualizada através do *link* <https://www.youtube.com/watch?v=TOSXE99gb4s>.

Assistência Social (CRAS) e a do Serviço de Saúde da referida cidade, com vistas a compreender como o trabalho profissional se aproxima ou atende esses trabalhador/a(s). Contudo, para este estudo, buscou-se evidenciar as informações apresentadas pelo/a(s) trabalhador/a(s) acerca do grau de escolaridade, salário, da migração e da inserção de máquinas nas lavouras. Tais aspectos têm reflexos diretamente nas condições de trabalho e saúde desses sujeitos.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro como parâmetro, entretanto não ficou restrita a ele. Após explicação do objetivo da pesquisa, o/a (s) trabalhador/a (s) assinaram o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**. Também foi frisado que os dados obtidos seriam usados para fins acadêmicos, e que as informações não iriam prejudicá-los, uma vez que seus nomes não seriam identificados.

A fim de respeitar o sigilo e o anonimato do/a(s) participantes, serão utilizados nomes fictícios para representar o/a(s) trabalhador/a(s). Os nomes escolhidos representam as vítimas de um grave acidente ocorrido no dia 19 de agosto de 2008, no km 638 da rodovia Fernão Dias (que liga São Paulo a Minas Gerais), no município de Santo Antônio do Amparo (186 km de Belo Horizonte), próximo ao trevo de Bom Sucesso, que deixou quatorze⁴ mortos e outros dezoito feridos, todo/a(s) considerado/a(s) boias-frias, que estavam trabalhando na colheita do café em uma fazenda em Santo Antônio do Amparo. O caminhão que transportava o/a(s) trabalhador/a(s), diga-se de passagem, totalmente irregular e sem a menor segurança, capotou enquanto levava o/a(s) trabalhador/a(s) de volta a suas casas⁵. Assim, a escolha dos nomes das vítimas desse terrível acidente é vista como uma forma de homenageá-lo/a(s) dando os seus nomes aos entrevistados, portanto, como representando trabalhador/a(s) inseridos no setor cafeeiro.

No quadro abaixo, podemos observar as características do/a(s) trabalhador/a(s) rurais nas lavouras de café do município de São Tomás de Aquino (MG), entrevistado/a(s) para este estudo.

Quadro 1. Apresentação do/a(s) trabalhador/a(s) rurais inseridos no setor cafeeiro no município de São Tomás de Aquino (MG)

	NOME	IDADE	RAÇA/ ETNIA	ESTADO CIVIL	MORADIA	GRAU ESCOLARIDADE	DE	CIDADE ORIGEM	DE	FILHO/A (S)
01	Ana Paula	49	Parda	Casada	Cedida	4ª série do E. Fundamental		Salinas-MG		Três
02	Azarias	56	Pardo	Casado	Cedida	4ª série do E. Fundamental		Rio Pardo de Minas-MG		Três

⁴ Só foi encontrado o nome de doze dos catorzes vítimas. A não divulgação dos quatorze mortos no acidente pode estar relacionada ao fato de não terem morrido todos ao mesmo tempo e após a primeira leva do acidente não houve um tratamento da mídia no seguimento do/a(s) trabalhador/a(s), por isso não se sabe o nome de todo/a(s) o/a(s) trabalhador/a(s), aqui utilizaremos onze dos doze nomes divulgados.

⁵ Dados <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,acidente-na-fernao-dias-deixa-ao-menos-14-mortos-e-21-feridos,227435>.

03	Hosana	43	Branca	Casada	Cedida (Fazenda)	E. Fundamental Incompleto	São Tomás de Aquino-MG	Três
04	Mauro	61	Pardo	Solteiro	Própria	3ª série do E. Fundamental	São Tomás de Aquino-MG	Não tem
05	Roberto	57	Negro	Solteiro	Própria	4ª série do E. Fundamental	São Tomás de Aquino-MG	Não tem
06	Juarez	25	Negro	Solteiro	Própria	6ª série do E. Fundamental	São Paulo-SP	Não tem
07	Nair	57	Negra	Casada	Própria	Ensino Primário	Frei Gaspar-MG	Cinco
08	Cícero	60	Negro	Casado	Própria	Ensino Primário	Ouro Verde-MG	Cinco
09	Maria	34	Branca	Amasiada	Financiada	Ensino Médio Completo	São Sebastião do Paraíso- MG	Dois
10	Maria Lúcia	47	Negro	Amasiada	Sítio Próprio	1ª série do E. Fundamental	Salinas- MG	Não tem
11	Antônio	54	Negro	Amasiado	Sítio Próprio	E. Fundamental Incompleto	Rio Pardo de Minas- MG	Não Tem

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir das informações disponibilizadas nas entrevistas com o/a(s) trabalhador/a(s).

Com base nos dados apresentados pelo Quadro 1, observa-se que apenas uma trabalhadora conseguiu completar o ensino médio, o que confirma o baixo grau de escolaridade do/a(s) trabalhador/a(s) rurais. Outro ponto a se destacar é em relação à raça/etnia, percebe-se que do/a(s) onze entrevistado/a(s), seis consideram-se negro/a(s); três pardo/a(s) e apenas dois são branco/a(s). Percebe-se que mesmo com salários baixos e sem garantia de trabalho consecutivo, sete trabalhador/a(s) conseguiram adquirir sua casa própria; três residem em casas cedidas, sendo uma na própria fazenda onde trabalha e outra trabalhadora mora em casa financiada.

Três trabalhador/a(s) são naturais de São Tomás de Aquino (MG), dois de Rio Pardo de Minas (MG), duas de Salinas (MG), uma de Frei Gaspar (MG), um de São Paulo (SP), uma de São Sebastião do Paraíso (MG) e outro trabalhador de Ouro Verde (MG). Percebe-se que a maioria é migrante de cidades do mesmo estado, Minas Gerais. Assim, a partir das entrevistas, buscou-se demonstrar a realidade desses sujeitos e evidenciar a situação de exploração da sua força empregada na agricultura cafeeira, que reflete em outros setores da também.

Espera-se com este estudo, compreender a complexidade da realidade do/a(s) trabalhador/a(s) rurais inseridos no setor cafeeiro, que reflete, também, em outras culturas agrícolas. Busca-se, também, evidenciar as condições de trabalho e vida dessa população e seus rebatimentos para a saúde do/a trabalhador/a.

2. Grau de escolaridade

A educação brasileira, em toda sua trajetória, demonstrou imensas deficiências, o que

consequentemente acaba agravando a desigualdade social, pois como coloca Goldemberg (1993, p. 65) ao dizer que não há possibilidade, considerando os dias atuais, de “aumentar substancialmente a renda média de adultos sem instrução, nem se consegue educar adequadamente crianças cujas famílias vivem à beira da miséria”.

De acordo com o censo do IBGE de 2010, o total de pessoas analfabetas com quinze anos ou mais de idade em São Tomás de Aquino era de 587 pessoas, sendo 317 do sexo masculino e 270 do sexo feminino, ou seja, quase 10% da população aquinense são analfabetas.

Os dados obtidos pela pesquisa com o/a(s) trabalhador/a(s) rurais no município de São Tomás de Aquino (MG) demonstram que apenas uma trabalhadora, dos onze entrevistados, completou o ensino médio, os demais não conseguiram completar nem o ensino fundamental pois tiveram que começar a trabalhar na roça ainda quando crianças para completar a renda familiar, o que fez com que abandonassem os estudos.

Fui na escola 04 (quatro) meses pagado, nessas escolinhas de roça que era pagado, naquele tempo, 04 meses, só. Parei de estudar pra *trabaiá* e tô aqui até hoje na roça né (ANTÔNIO).

As circunstâncias as quais vivem, impossibilitam esses sujeitos de ter acesso à educação básica e, consequentemente, não dão continuidade aos estudos, o que poderia fazer com que tivessem a oportunidade de mudar de vida, ou pelo menos melhorá-la.

O baixo nível escolar auxilia na reprodução da exploração da força de trabalho pelo capital. Ao não conseguir outro trabalho, devido ao baixo grau de escolaridade, esse/a trabalhador/a se submete a qualquer tipo de trabalho a fim de garantir a sua subsistência e de sua família.

Outro fato que ocorre é que os descendentes do/a(s) trabalhador/a(s) rurais não conseguem quebrar esse ciclo em razão das péssimas condições de vida de seus pais, das dificuldades de se manterem e, em consequentemente, de dar continuidade aos estudos. Por ter sido negado aos seus pais à educação, esses acabam iniciando precocemente no trabalho no campo, onde, em geral, perpetuam a falta de escolaridade e se submetem a trabalhos de baixa remuneração e sem proteção social. Outra questão está relacionada à rotina do trabalho no campo e por esse trabalho ser muito cansativo, pois os pais ao chegarem em casa não conseguem acompanhar a vida escolar dos filhos e não incentivam seus filho/a(s) a estudarem.

Em média, o/a lavrador/a levanta entre 4hrs e 5hrs da manhã para trabalhar, chegando à sua casa por volta das 17hrs, ele teria que frequentar a escola no horário das 19hrs e 30 mim até às 22hrs e 30 mim. Essa rotina totalmente cansativa faz com que muitos desistam de estudar. Lembrando que muitos desse/a(s) trabalhador/a(s) começam a trabalhar na lavoura ainda crianças, logo são privados do acesso à escola. Além disso,

muitos trabalhador/a(s), sobretudo os migrantes moram sozinhos e são ele/a(s) que fazem a comida, lavam a roupa, ou seja, chegam do trabalho e precisam organizar as atividades socioreprodutivas.

Eu trabalho na roça desde a idade dos sete anos (ROBERTO).

Desde que eu me entendo por gente, eu trabalho. Nunca tive nada, mas trabalhei e continuo trabalhando. Vou parar só quando eu morrer. É desse jeito, minha filha (NAIR).

Comecei a trabalhar eu já tinha sete anos. Eu guiava boi pro pai pra arar a terra. Nós arava terra pro outros, lá, quando eu era pequenininho guiando boi pro véio (ANTÔNIO).

Perguntado sobre a importância da educação para garantir uma melhor condição de vida, todo/a(s) responderam que compreendiam o quanto a educação é importante mas que ele/a(s) não tiveram oportunidades, e iniciaram no trabalho precocemente o que associado à exaustão do trabalho, gerou o distanciamento dos estudos.

2.1. Os migrantes

A colheita do café, movimentou o setor econômico e social da cidade, devido ao grande número de migrantes que deixam sua terra natal em busca de melhor condição de vida para si e para sua família. É fundamental discorrer sobre a migração, pois a cidade recebe um grande número de migrantes na época da colheita do café, e muitos destes acabam residindo na cidade.

Os migrantes são recrutados por diferentes maneiras. Maria Aparecida de Moraes Silva realizou um estudo a respeito do trabalho rural nas usinas de açúcar da região de Ribeirão Preto, entre os anos de 1987 a 1990, que resultou no livro "Errantes do fim do século" (SILVA, 1999), no qual descreve as formas de recrutamento de migrantes para o trabalho nas usinas de açúcar e álcool, o que se refere a outras culturas também, inclusive porque o trabalho na cana é marcado pela sazonalidade, assim, ao término da colheita de cana, muitos trabalhador/a(s) permanecem na região realizando serviços nas lavouras, ou seja, se mantendo por meio do trabalho rural em geral.

As formas de recrutamento são as mais diversas: muitos vêm sós, outros em família, outros são arrematados pelos "gatos", que empregam os mesmos critérios de reconhecimento utilizados pelos "gatos" e agenciadores da região. No início deste processo, as usinas e as fazendas enviavam caminhões e ônibus ao Vale para trazerem os trabalhadores. Com o passar do tempo, o mercado de trabalho foi se estruturando e surgiram os "gatos" do local, representantes das usinas e fazendas (SILVA, 1999, p. 207).

Silva (1999) descreve os intermediadores da força de trabalho rural como "gatos" ou turmeiros, como são conhecidos os responsáveis pela contratação de trabalhador/a(s) como volantes e/ou boias-frias para o trabalho nas fazendas durante a colheita do café.

Intermediário entre o fazendeiro e o trabalhador, os gatos recebem uma porcentagem do ganho da produção diária de cada trabalhador\,a, ou seja, apropriada de parte do que o\,a(s) contratado\,a(s) produzem.

Ao perguntar como acontece a contratação para o trabalho na colheita do café em São Tomás de Aquino, o\,a(s) trabalhador\,a(s) entrevistados para este estudo responderam que se dá através dos turmeiros e/ou gatos, reafirmando o processo histórico de contratação na área rural reafirmando as constatações já feitas pela professora Maria Moraes (SILVA, 199).

Antigamente eles (o turmeiro) chamavam a gente, né, sabia que a gente trabalhava, hoje, a gente tem que procurar. Tá faltando emprego até no rural, hoje, tá difícil, porque as máquinas tá tomando conta de tudo (MARIA).

Faz mais de 20 anos que trabalho com o mesmo turmeiro, ele que procura o serviço quando tá acabando, aí, a gente vai pra outro lugar (AZARIAS).

Quando eu vim, eu vim com o gato, falava gato naquele tempo, né, aí, nós veio pra São Tomás. A primeira vez, que eu vim pra cá, eu tava com 14 anos, deve ter uns 31 anos, na época de 70, por aí. Aí, o gato chamou nós pra vim, pai mais mãe não queria que viesse não, mas, aí como dizia, eu já trabalhava pra fora mesmo direto, aí, eu vim né. Só que, aí, eu fiquei com o gato só 30 dias, depois fui pra Cássia e fui trabalhar de pau de arara. Trabalhei seis meses nessa época. Vim sozinho, a família inteira ficou lá (ANTÔNIO).

Do\,a(s) trabalhador\,a(s) rurais entrevistados, oito vieram de outras cidades e somente três nasceram em São Tomás de Aquino (MG), entretanto, essas três pessoas são descendentes de famílias que vieram de outras cidades para trabalhar na colheita do café. Dessa forma, podemos dizer que a grande maioria da população aquinense é formada por migrantes. Esses trabalhador\,a(s) recebem diversas denominações, entre elas os mais comuns são pau de arara, boias-frias e volantes.

O nome pau de arara é histórico na área rural em decorrência do transporte precário usado para levar o\,a(s) trabalhador\,a(s) até o local para a realização do serviço. Historicamente, esses trabalhador\,a(s), ficaram e ainda ficam, sujeitos a irem e virem do trabalho em veículos irregulares para o transporte de passageiros como caminhões, caminhonetes e até mesmo tratores que tenham carreta, onde havia e ainda há, uma haste na qual o\,a(s) trabalhador\,a(s) iam em pé se segurando, assim, esse tipo de transporte foi denominado de pau de arara e os seus ocupantes também foram rotulados por essa denominação pau de arara, em alusão a haste que papagaios e araras ficavam antigamente. São transportados em caminhões lotados de trabalhadores e sem nenhuma segurança, geralmente os “gatos” são os donos dos caminhões.

É importante ressaltar que foram construídas legislações de saúde e segurança no trabalho, tais como as Normas Regulamentadoras (NR), as quais exigem normas de segurança, inclusive para o transporte, todavia, no âmbito rural a fiscalização para o cumprimento dessas normas sempre foi falha.

Um dos riscos que o trabalhador rural vivencia é a insegurança do seu transporte. De acordo com a Norma Regulamentadora 31 (NR-31), que dispõe sobre a Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura, o transporte para trabalhador/a(s) deve seguir esses requisitos presentes no Art. 31.16.1,

- a) Possuir autorização emitida pela autoridade competente;
- b) Transportar todos os passageiros sentados;
- c) Ser conduzido por motorista habilitado e devidamente identificado;
- d) Possuir compartimento resistente e fixo para a guarda das ferramentas e materiais, separado dos passageiros (BRASIL, 2005, p.26).

Em uma breve olhada na internet em busca de reportagens sobre acidentes envolvendo o transporte com trabalhador/a(s) rurais, foi possível constatar vários casos de insegurança no transporte, como os ocorridos em 2017, nos meses de novembro e dezembro, sendo registrados três acidentes. O primeiro aconteceu no dia primeiro de novembro na Rodovia Laureano Brogna, que liga Bebedouro (SP) a Viradouro (SP), deixando dezesseis trabalhador/a(s) rurais feridos; o segundo foi com uma Kombi no quilômetro 286 da Rodovia João Mellão (SP-255) no dia 06 (seis) de dezembro de 2017 em Avaré/SP, deixando dez trabalhador/a(s) rurais feridos; e o terceiro deixou sete vítimas fatais e trinta e oito feridas, foi na rodovia MG-184 que fica próximo à cidade de Alterosa (MG). Esses fatos evidenciam que o transporte de trabalhador/a(s) vem sendo feito de qualquer jeito, sem uma inspeção e/ou fiscalização.

A denominação boia fria se deu em razão da comida, na qual a palavra *boia* na gíria popular significa comida e *fria* é porque o/a(s) trabalhador/a(s) levam suas marmitas para as fazendas e quando vão almoçar a comida já está fria, por isso, boia fria.

Silva (1999) explica que a denominação boia-fria está relacionada à comida, que o/a(s) trabalhador/a(s) ao saírem de suas casas de madrugada levando sua marmita, e quando chega a hora de almoçar, a comida já está fria. Não há lugar na fazenda e tampouco na lavoura para que eles possam esquentá-la ou até mesmo que forneça a refeição. Como a sua contratação se dá por colheita, que geralmente chega até seis meses e por intermédio do gato, que inclusive há situações em que a contratação é apenas verbal, os boias-frias encontram-se desamparados da legislação trabalhista. Os boias-frias, muitas vezes, se submetem a condições de trabalho análogas a escravidão.

Segundo⁶ a Organização Não Governamental Conectas Direitos Humanos, entre junho de 2015 a agosto de 2016, centenas de trabalhadores foram resgatados de lavouras de café no sul de Minas Gerais, nas quais trabalhavam em condições análogas a escravos. No relatório enviado a ONU foram identificadas situações como tráfico de pessoas;

⁶ Dados obtidos pelo jornal *Justificando: mentes inquietas pensam direito*. Disponível em <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/11/16/fazendas-de-minas-sao-denunciadas-na-onu-por-condicoes-de-trabalho-analogo-ao-escravo/>. Acesso em 15 ago. 2017.

descontos de alimentos, ferramentas e/ou equipamentos de proteção sobre os salários; jornada exaustiva; condições precárias em que se tem falta de alimentos, água, banheiro; documentos pessoais retidos, o que impossibilitava a saída do/a(s) trabalhador/a(s) das fazendas; moradias em condições degradantes e servidão por dívida. Observa-se, assim, que o trabalho análogo ao de escravo na agricultura brasileira, ainda, é muito presente.

Embora na Constituição Federal de 1988 houvesse a equiparação entre o trabalho urbano e rural, contudo, na área rural há maior desrespeito e maior dificuldade de fiscalização, até pelos próprios problemas relacionados à sazonalidade e distância das entidades legisladoras das fazendas. Soma-se a isso as dificuldades de denúncias por parte desse/a(s) trabalhador/a(s) devido a naturalização dessas condições de trabalho, agravada pela baixa escolaridade, pois, de acordo com Silva (1999), muitos abandonam a escola para poderem acompanhar a colheita do café, são em sua maioria, analfabetos ou semianalfabetos, o que torna mais difícil arranjar um emprego em outra área.

2.2. O salário

A respeito da forma como é realizado o pagamento do/a(s) trabalhador/a(s), constatou-se que é feito de acordo com a produção. Na qual se é medido o alqueiro, que equivale a sessenta litros, para fazer o cálculo da quantia a ser paga para o/a trabalhador/a.

É por produção, né. Tiro uns oito alqueiro por dia a oito reais (MAURO).

Na colheita, a gente trabalha por produção, não tem salário fixo não. Por produção trabalha por alqueiro, por medida do café. A medida do café é 80 litros, aí eles fazem a média, a média é de uns 70 reais por dia (AZARIAS).

Por produção, né. Eu tiro oito ou nove alqueiro por dia a sete a doze reais, tinha pouco né. Por dia era 65 reais (NAIR).

Às vezes era mensal. Por alqueiro era a quantidade de alqueiro que tirava. Eu tirava uns 18, 15 alqueiro por dia, numa média saía uns oito reais os alqueiro (ANA PAULA).

O café é por alqueiro né. Tirava numa média de 10, 12 até 15. Esse ano o mais barato que eu panhei era oito reais. Quando era por dia, era 100 reais (CÍCERO).

Uma das características apresentadas pelos depoimentos quanto a forma de pagamento é que se trata de um valor instável e dependente da produção diária. Assim, se o trabalhador/a consegue produzir mais, ele conseqüentemente ganhará mais. Entretanto, ao buscarem um salário um pouco melhor, o/a(s) trabalhador/a(s) podem desgastar mais abruptamente a sua saúde, uma vez que é necessário esforçar-se mais fisicamente para conseguir produzir mais. Inclusive, o/a trabalhador/a pode vir a óbito por conta da exaustão decorrente do esforço físico exigido no trabalho rural. Além disso, se tem também a questão da competição entre o/a(s) mesmo/a(s), provocando, assim, a falta de espírito coletivo, o que afeta a solidariedade entre ele/a(s).

O valor do alqueiro varia de acordo com a safra, como podemos observar na fala desses dois trabalhadores,

É por empreita, assim, você recebe pelo o que você faz, e recebe por semana. É por produção. Cada alqueiro tem um valor, tipo assim, é dez reais o alqueiro, se você tirar dez alqueiro é cem reais naquele dia. Depende, tem lavoura que tem pouco café, aí tira menos tem lavoura que tem mais aí tira mais. Na lavoura que tem pouco você tira dois, dois e meio, na que tem muito você tira sete, seis. O valor da lavoura que tem menos é mais e a que tem mais é menos. Mas assim, dois alqueiro e meio, vamos supor que ta quinze reais o alqueiro cada e o de seis sai a seis reais cada, quando você tira seis alqueiro, é desse jeito, é por produção (MARIA).

Por produção, por alqueiro. O valor depende, teve a dezoito teve a oito, depende do café pro tanto que sai né. Se a lavoura for boa o alqueiro é menos, se for ruim é mais. Eu consigo tirar uns 80 reais por dia (ROBERTO).

Percebe-se nessas declarações a manobra que os proprietários utilizam para reduzir o salário do/a trabalhador/a pois quando a colheita de café está boa, ou seja, quando há a possibilidade do/a trabalhador/a conseguir colher mais grãos de café e conseqüentemente ganhar mais dinheiro, o valor do alqueiro diminui e quando a lavoura está ruim, esse valor sobe.

O/a(s) trabalhador/a(s) registrados possuem um salário fixo em torno de R\$ 1200, 00 à R\$ 1300,00 (um mil e duzentos ou um mil e trezentos reais, o que equivale a pouco mais que um salário mínimo). Entretanto, é importante ressaltar que a carteira é registrada, na grande maioria dos casos, somente durante o período da safra, em média de seis a sete meses, como eles mesmos apontaram. Outro ponto a ser destacado é em relação ao fato que com o pagamento sendo calculado por produção não há como o/a(s) trabalhador/a(s) terem uma renda mensal fixa, o que dificulta a organização familiar financeira.

2.3. Direitos do trabalho

Observa-se durante as entrevistas que apenas quatro trabalhador/a(s) tinham registro na carteira, sendo que somente uma trabalhadora possui o registro há mais tempo, talvez por essa residir na fazenda onde trabalha os demais só foram registrados há poucos meses, como podemos ver nas falas:

Agora sou, faz uns cinco meses (MAURO).

Registrado no tempo da colheita do café tem uns quatro meses (JUAREZ).

Ou seja, somente são registrados durante a safra, dificultando o acesso dessas pessoas aos seus direitos trabalhistas e previdenciários, como aposentadoria, licença maternidade no caso das mulheres, férias, décimo terceiro, entre outros.

No momento, eu não tô não, tô trabalhando por dia, sem registro. Ano passado, eu fiz a colheita contratado, quatro meses só, acabou a colheita, aí, dispensou nós (AZARIAS).

Não, fui poucas vezes registrada na roça, umas quatro vezes. A maioria na safra, e só no período da safra também (MARIA).

Fui registrado uma vez por seis meses, e outra que não chegou há um ano, só. Não sou registrado (ANTÔNIO).

Não. Tive três registros na carteira, só no período da safra (ANA PAULA).

Parece que a história de ausência de direitos e garantias cria uma naturalização do trabalho sem registro na carteira. Todos têm consciência da importância do registro na carteira mas não a exigem por medo de perderem o serviço e não conseguem ter condições de se sustentar e a sua família, assim se submetem a esse tipo de trabalho irregular. Além disso, já está suposto que o trabalho rural é um trabalho desprotegido, distante de fiscalização e totalmente sazonal, sendo assim, quando o/a trabalhador/a consegue o emprego, ele fica mais preocupado em trabalhar e receber o dinheiro do que a questão da aposentadoria.

Observa-se que ao falar da ausência de registro na carteira do/a trabalhador/a, não indicara a situação de constrangimento mais geral, a não ser para seis que foi indicado o constrangimento de não se aposentar.

É importante pra aposentadoria, né (MAURO).

É importante por causa da aposentadoria, né, senão fica muito difícil (ROBERTO).

Acho importante para aposentar, ter os direitos (JUAREZ).

Eu acho muito importante, pra aposentar, né (NAIR).

Lá no futuro vai te ajudar pra você aposentar mais cedo né, principalmente se for rural (MARIA).

[...] eles falam que é melhor pra aposentar mais cedo (ANTÔNIO).

Nota-se que há um desconhecimento dos demais direitos garantidos pela CLT pois o/a(s) trabalhador/a(s) associam o registro na carteira de trabalho, somente com a questão da aposentadoria, e não se referem a direitos como férias, décimo terceiro, licença maternidade e paternidade, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros.

Outros três falaram também sobre a segurança no trabalho que o registro na carteira pode proporcionar,

É mais segurança. Segurança no trabalho, uai, porque sempre você tem segurança no registro na carteira (ANA PAULA).

É importante porque tem um pouco mais de segurança né, quando você machuca você pode encostar (afastar do trabalho), né, até você melhorar (MARI LUCIA).

Se tivesse registro direto era bom né, mas eles contratam a gente na colheita e quando a caba eles dispensam a gente, então a gente tem que caçar serviço em outro lugar, sem registro. Trabalhar registrado você tem mais segurança né, se você machucar é mais fácil pra receber (AZARIAS).

Outra trabalhadora, embora tivesse relatado, “é importante ter registro na carteira”,

não soube dizer o porquê. Essas falas demonstram que o/a(s) trabalhador/a(s) não têm conhecimento dos demais direitos trabalhistas e que vem sendo submetidos ao longo dos tempos ao trabalho sem qualquer garantia. Isso gera uma aceitação ou uma naturalização no imaginário que “sempre foi assim”.

Somente durante o período em que estão registrados é que contribuem com a Previdência Social e isso porque já é descontado automaticamente da folha de pagamento. E como são poucas às vezes que conseguem registros pode-se então ter uma noção do quanto esse/a(s) trabalhador/a(s) têm seus direitos negligenciados.

E essa situação só tende a piorar com a Reforma da Previdência que tramita no Congresso nacional. A reforma da Previdência alterará as regras para a aposentadoria tanto urbana quanto rural. Em relação ao trabalho no campo tem que se levar em conta a sazonalidade, as condições precárias de trabalho, a informalidade, entre outras particularidades do trabalho na agricultura. A proposta do governo ignora todos esses fatores, colocando obstáculos para o acesso ao benefício da aposentadoria, entre outros.

Verificou-se com as entrevistas que não há uma compreensão entre o/a(s) trabalhador/a(s) do que irá mudar exatamente caso a Reforma da Previdência seja aprovada. Entretanto, concordam que não trará melhorias nas condições de vida e de trabalho para a população do campo, não conseguem acompanhar por não entenderem o que está acontecendo com a Previdência Social.

Acompanho, eu acho muito ruim essa proposta deles, principalmente para os trabalhadores na roça, vai prejudicar ainda mais (MARIA LUCIA).

Ah! Eles falaram umas “coiseiradas”, a gente quase não entende direito rsrs. É muita informação, é demais uai (MAURO).

De vez em quando eu acompanho. Eu acho que a mudança é pra pior, não é não? (ROBERTO).

Ah, isso, aí, eu não acompanho não, eu não entendo não (AZARIAS).

Não acompanho (HOSANA).

Eu acho que só tá piorando para nós que é pobre, que depende da roça, só tá piorando essas coisas pra nós [...] pra nós somos os mais prejudicados (MARIA).

Esse/a(s) trabalhador/a(s) representam uma grande parcela da sociedade brasileira. Não há uma discussão com a população a respeito dos projetos que tramitam pelo Congresso, e nem aqueles já estão aprovados pelas pessoas que deveriam representar toda uma nação e não só seus próprios interesses. Todo o ataque, direcionado aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários dos brasileiros pobres, tem como objetivo atender as necessidades do capital em decorrência de suas crises e consequente retomada das taxas de acumulação. Assim, tem buscado novos nichos, como por exemplo, a Reforma da Previdência no Brasil, que desde o golpe jurídico, parlamentar e midiático em 2016, entrou em cena como uma demanda das empresas e que volta no atual governo com toda força. E

isso fará com que haja um enorme retrocesso para o país, podendo até criar uma nação de miseráveis.

Nesse sentido, espera-se que, este estudo, possa contribuir para apreensão do conhecimento da realidade do/a(s) trabalhador/a(s) rural do setor cafeeiro. O presente trabalho configura-se, também, na perspectiva da denúncia da exploração da força de trabalho dos indivíduos envolvidos, e do não acesso dos direitos trabalhistas e sociais. Assim, este estudo busca contribuir com o trabalhador rural na garantia e efetivação de seus direitos.

3. Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005. Disponível em:

<http://www.trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR31.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

DIAS, Elizabeth Costa. **Saúde do Trabalhador Rural- RENAST**. Org. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro. 2006. Disponível em <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/11/saude-trabalhador-rural.pdf> Acesso em: nov. 2016.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. São Paulo, out. 2014. (Nº 74). Disponível em <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf> Acesso em 25 nov. 2018.

_____. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. São Paulo, mai. 2017. (Nº 178). Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf> Acesso em 25 nov. 2018.

GAMBERT, Bruno de Almeida. **Vida e trabalho na lavoura cafeeira**. Notas comparativas sobre o cotidiano de trabalhadores rurais em diferentes momentos históricos. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis/SC. 27 a 31 de jun. de 2015.

GOLDEMBERG, José. **O repensar da educação no Brasil**. Estud. av. , São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, agosto de 1993. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004&lng=pt_BR&nrm=iso. acesso em 15 de novembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200004>.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. Tese de doutorado. Franca: Unesp, 2009.

LOURENÇO; Edvânia Ângela de Souza. SANT'ANNA; Raquel Santos. CARMO; Onilda Alves. **Precarização e degradação do trabalho no setor canavieiro e citrícola no interior do estado de São Paulo**. IN: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza Lourenço. O Averso do Trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.